

MODOS DE FAZER CIDADES E RESISTÊNCIAS: APROXIMANDO RUA, VILA E BAIRO A PARTIR DE DEAMBULAÇÕES PEDESTRES E REFLEXIVAS EM FORTALEZA E JUAZEIRO DO NORTE

Aline Maria Matos Rocha¹

Lara Denise Silva²

Antonio Lucas Cordeiro Feitosa³

Resumo: Busca-se neste artigo compreender a cidade como espaço, cenário e motor de resistências (Agier, 2011; 2015) a partir da dimensão micro do urbano: o bairro, a vila, a rua. A partir de uma metodologia do tempo compartilhado, da deambulação e inserção nos espaços pesquisados, descrevemos experiências que acontecem em duas cidades: Fortaleza e Juazeiro do Norte, ambas no estado do Ceará, pautando o que une e o que singulariza as iniciativas apresentadas. Nas tramas do cotidiano, resiste-se, entre tantas agressões, à especulação imobiliária, à violência, ao controle do espaço, ao desinvestimento no espaço público. Na busca por compreender as *astúcias* (Certeau, 1994) daqueles que resistem criativamente, dialogamos com a noção de direito à cidade (Lefebvre, 2001), sentidos de resistência (Scott, 2011).

Palavras-chave: Cidade. Resistência. Criatividade. Cotidiano. Direito à cidade.

WAYS OF MAKING CITIES AND RESISTANCES: APPROACHING STREET, VILLAGE AND NEIGHBORHOOD THROUGH PEDESTRIAN AND REFLECTIVE WANDERINGS IN FORTALEZA AND JUAZEIRO DO NORTE (BRAZIL)

Abstract: The article aims to understand the city as space, scenery and engine of resistances (Agier, 2011; 2015) in the micro-dimension of the urban: the neighborhood, the village, the street. With the methodological approach of shared time, wanderings and insertion in the spaces of investigation, we describe experiences that take place in two cities – Fortaleza and Juazeiro do Norte –, both located in the state of Ceará, Brazil, pointing out what is common and what is unique among the experiences. In the intricate webs of everyday life, resistance stands against many aggressions, such as real estate speculation, violence, control of space and the disinvestment of public space. Seeking to understand the cunning practices (Certeau, 1994) of

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), integra o Laboratório de Estudos da Cidade (LEC-UFC), professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). E-mail: alinemmatos@gmail.com.

2 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), integra o Laboratório das Artes e das Juventudes (Lajus - UFC), professora da rede básica de ensino do Estado do Ceará. E-mail: laradenisesilva@gmail.com.

3 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, professor temporário na Universidade Regional do Cariri (URCA- Unidade Iguatu). E-mail: cordeirofeitosa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4211-0059>.

those who creatively resist, we build a dialogue with the notions of right to the city (Lefebvre, 2001) and forms of resistance (Scott, 2011).

Keywords: City. Resistance. Creativity. Everyday life. Right to the city.

FORMAS DE HACER CIUDADES Y RESISTENCIA: ACERCARSE A CALLE, PUEBLO Y BARRIO DE PEATONES Y DESAMBULACIONES REFLECTANTES EN FORTALEZA Y JUAZEIRO DO NORTE

Resumen: El objetivo de este artículo es comprender la ciudad como espacio, escenario y motor de resistencias (Agier, 2011; 2015) a partir de la dimensión micro de lo urbano: el barrio, el pueblo, la calle. A partir de una metodología del tiempo compartido, de la deambulación y de la inserción en los espacios investigados, describimos experiencias que tienen lugar en dos ciudades: Fortaleza y Juazeiro do Norte, ambas en el estado de Ceará (Brasil), pautando lo que une y lo que singulariza las iniciativas presentadas. En las tramas del cotidiano, se resiste, entre tantas agresiones, a la burbuja inmobiliaria, a la violencia, al control del espacio, a la desinversión en los espacios públicos. Buscando comprender las *astucias* (Certeau, 1994) de los que resisten de manera creativa, dialogamos con la noción del derecho a la ciudad (Lefebvre, 2001), los sentidos de la resistencia (Scott, 2011).

Palabras clave: Ciudad. Resistencia. Creatividad. Cotidiano. Derecho a la ciudad.

INTRODUÇÃO

No atlas do seu império, ó grande Khan, devem constar tanto a grande Fedora de pedra quanto as pequenas Fedoras das esferas de vidro. Não porque sejam igualmente reais, mas porque são todas supostas. Uma reúne o que é considerado necessário, mas ainda não o é; as outras, o que se imagina possível e um minuto mais tarde deixa de sê-lo (CALVINO, 1990, p. 32-33).

No livro *As cidades invisíveis*, Italo Calvino (1990) narra as povoações que pertencem aos domínios do imperador Kublai Khan. Dentre tantas descrições, rememoramos de pronto *Fedora*. Tal qual Marco Polo, viajante e cronista, entendemos que o pesquisador da cidade olha para o território como quem explora novas paisagens, desbravando e inquietando-se com o desconhecido. Neste artigo, debatemos o tema do urbano em duas cidades, Fortaleza, capital do Ceará, e Juazeiro do Norte, localizada na região metropolitana do Cariri, interior cearense. Com isso, buscamos encontrar em Fortaleza e Juazeiro as cidades *supostas* e *imaginadas* pelos sujeitos que as vivenciam.

Partindo das experiências de pesquisa agenciadas por e nestas localidades, questionamos o que os encontros em campo e as “andanças” nas cidades que são locus do nosso relato nos mobilizam e, ainda, se é possível juntar, mesmo que no suporte de um relato, lugares espacialmente distantes.

Fortaleza, localizada na região Nordeste, é a quinta maior cidade do Brasil em população. Ao mesmo tempo em que é um destino consolidado nas rotas do turismo nacional e internacional⁴, Fortaleza tem destacado-se como uma das cidades mais violentas do mundo⁵. Seus quase três milhões de habitantes subdividem-se em 119 bairros, repartidos administrativamente em 7 secretarias executivas regionais. A “metrópole sertaneja” (Silva, 2006), assim chamada pela presença de emigrantes de regiões do interior do estado, convive com temporalidades e espacialidades diversas, que a situam como uma das cidades mais desiguais do país⁶.

Por sua vez, o município de Juazeiro do Norte está localizado na região sul do estado do Ceará, conhecida como Cariri. Com pouco mais de um século de emancipação política (1911), segundo dados do último recenseamento brasileiro de 2010, Juazeiro do Norte tem a terceira maior população urbana do estado⁷. Atualmente, Juazeiro concentra boa parte dos recursos e serviços públicos e privados do sul cearense, o que também tem atraído cada vez mais investimentos e populações. Junto a Crato e Barbalha, municípios contíguos, Juazeiro constitui o núcleo da Região Metropolitana do Cariri, a segunda existente no Ceará e formada por mais seis cidades.

O campo empírico e as discussões que atravessam este trabalho são consequência de nossa inserção, enquanto pesquisadoras/observadoras, nas dinâmicas que dizem respeito a movimentos de resistência e ressignificação *da* e *na* cidade resumidos a seguir.

Falaremos a partir: 1) das intervenções de frases e palavras nos muros, paredes e outros suportes encontrados nas ruas de Fortaleza, e que comunicam declarações amorosas e de indignação; 2) do movimento em defesa da Vila Vicentina, uma vila de casas populares localizadas em um bairro de classe média e alta de Fortaleza, cujos moradores lutam para permanecerem no local mesmo diante dos investimentos da

4 Em 2017, Fortaleza foi o sexto destino turístico mais procurado do país. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/12/fortaleza-e-o-6-destino-mais-procurado-do-pais.html>.

5 Segundo pesquisa realizada pela Ong Seguridad, Justicia y Paz do México, Fortaleza é a sétima cidade mais violenta do mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/fortaleza-e-a-setima-cidade-mais-violenta-do-mundo-diz-ong-do-mexico.ghtml>.

6 Conforme pesquisa realizada pelo IPEA. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/acesso-de-ricos-a-empregos-em-fortaleza-e-3-vezes-maior-do-que-o-de-pobres-1.2199425>.

7 Com 240.128 habitantes citadinos, de um total de 249.939, a taxa de urbanização do município chega a 96,07% (IBGE, 2019).

especulação imobiliária; e 3) das manifestações culturais populares no bairro João Cabral, em Juazeiro do Norte, e do deslocamento de brincantes em suas brincadeiras.

Segundo Tim Ingold (2015), a pesquisa requer uma particular atenção “onde o estudo *de* é um processo de alteridade, estudar *com* um processo de união. O primeiro é transitivo, o segundo intransitivo” (Ingold, 2015, p. 323). Pesquisar “com” é estar em busca de outra postura junto aos interlocutores, mas é também construir um diálogo com a cidade, percebê-la como agente, indagá-la e esforçar-se em ouvir suas respostas, ecos, ditos e não ditos.

Nesse sentido, pesquisando *com* os sujeitos envolvidos nas interações que envolvem a Vila Vicentina e o bairro Benfica, ambos em Fortaleza, e o bairro João Cabral, em Juazeiro, foi que pudemos alcançar as dimensões a serem discutidas neste trabalho, a saber: a rua e as palavras-imagens como escritas afetivas, a vila e seus modos de morar e se mobilizar, o bairro e suas brincadeiras.

É a partir da perspectiva desenhada acima que se busca a experiência de partilha teórico-metodológica deste trabalho. Enquanto empreendimento que diz respeito à cidade, esta tarefa envolve também experimentação e problematização. Afinal, os pesquisadores, enquanto moradores das cidades pesquisadas, também são “afetados” (Fravet-Saada, 2005) pelas situações que tentam compreender e descrever.

Há lugares de intensidade na cidade que não são acessíveis ao pesquisador somente pela observação. Por isso, participamos de reuniões, conversas informais, caminhadas, eventos oficiais e não-oficiais, assim como construímos laços de interação com os interlocutores, estando dispostos a “fazer campo” mesmo fora dos horários e datas estabelecidos como cronograma da pesquisa. Ou seja, a disposição para a pesquisa parece ser uma dimensão em constante alerta no trabalho, o que se caracteriza pela presença prolongada e intermitente no campo (Goldman, 1995).

Com essas discussões em mente e partindo dos contextos já assinalados, mais do que as similitudes, aqui nos interessam as possibilidades de discussões suscitadas pela aproximação entre acontecimentos aparentemente diversos e a “exploração” do que os pontos de contato podem narrar. Antes de adentrar nas linhas de discussão deste exercício de “imaginação sociológica” (Mills, 2009), é interessante situar as perspectivas teórico-metodológicas que potencializam e orientam estas reflexões.

EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA - O QUE, COMO E ONDE ACONTECEM

Pode-se argumentar que no ofício de pesquisador há que se cruzar constantemente uma ponte entre observação, capacidade de análise e uma sensibilidade para “captar” as situações sociais que nos atravessam das mais diversas maneiras. Ambas, imaginação e sensibilidade, devem ser exercitadas e praticadas continuamente. Assim, buscamos exercitar esta sensibilidade ao estabelecer uma tessitura entre cotidiano e resistência (Certeau, 1994; Agier, 2011), tendo as urbanidades, simultaneamente, como cenário e interlocução.

As cidades, o modo de vida urbano e o espaço público, enquanto categorias analíticas, ocupam um lugar consolidado nas ciências sociais. A tradição discursiva vai desde costumes e comportamentos próprios à vida no ambiente urbano, passando por políticas de planejamento e dimensões sociopolíticas da convivência coletiva. Abordagens clássicas, entre as quais Simmel (1979), Park (1979), Wirth (1979), Lefebvre (2001), Kowarick (1983), Castells (1983), entre outros, pontuaram o “fenômeno urbano” e os acontecimentos a ele associados. A cidade é, portanto, catalisadora de *insights* e geradora de categorias analíticas valiosas à compreensão de seus lugares, situações, movimentos (Sassen, 2010; Agier, 2015).

Ainda sobre esta tradição que se dedica ao urbano, é comum a cidade aparecer sob a ótica do anonimato, da impessoalidade, do desencontro (Velho, 2000). A cidade, sob esta perspectiva, é pano de fundo, palco para os acontecimentos. Propomos aqui uma inversão e a possibilidade de pensá-las sob outra lógica, vendo-a como interlocutora, agenciadora de experiências.

A propósito de definições, nos interessam as relações, os laços, as conexões que são possíveis de serem estabelecidas com a cidade por meio de experiências cotidianas de resistência que articulam novas tessituras no espaço público frente a outras experiências também urbanas, como a especulação imobiliária, o controle do espaço, a violência, o desinvestimento no espaço público, dentre outros. Para tanto, os aportes empíricos que realizamos buscam seguir pistas e interagir com três experiências que se desdobram em Juazeiro do Norte e Fortaleza, nos espaços da rua, das moradias, das redes sociais virtuais e de seus muros.

Nossa atenção volta-se para as práticas dos sujeitos, para seus pontos de vista, isto é, suas inscrições textuais e imagéticas, seus modos de morar e se mobilizar coletivamente, suas brincadeiras e deslocamentos. Partilhamos da abordagem de Agier (2015), uma vez que, para este autor, é por meio da operação epistemológica que desloca a atenção da cidade para os cidadãos, que se pode chegar a compreensão do que *faz a cidade* e não do que ela é: “cidade vivida, cidade sentida, cidade em processo. Trata-se de uma interrogação que diz respeito aos cidadãos e à sua experiência de cidade” (Agier, 2011, p. 38).

Ao mesmo tempo em que refletimos o “fazer-cidade” a partir das práticas dos sujeitos (Agier, 2015), também estamos interessados em perceber suas astúcias e os seus modos de fazer resistência. Nesse sentido, também nos interessa a reinvenção das cidades, discutida à luz de Michel de Certeau (1994) como “procedimentos criativos do cotidiano” e que se configurariam como táticas, “movimento dentro do campo de visão do inimigo [...] e no espaço por ele controlado” (Certeau, 1994, p. 100).

Para tanto, o presente artigo está estruturado em quatro seções, além desta e da introdução. A seguir, apresentamos as primeiras dinâmicas a partir das quais e com as quais queremos pensar as questões assinaladas: as escritas que povoam as ruas do bairro Benfica, em Fortaleza. Dando continuidade, expomos os modos de morar e fazer resistência na Vila Vicentina, também na capital cearense, descrevendo sinteticamente sua origem em meio ao bairro que hoje é conhecido por Dionísio Torres. Na sequência, estará em tela o bairro João Cabral, em Juazeiro do Norte, e as brincadeiras da cultura popular. A última parte do artigo objetiva ser um exercício de traçar aproximações entre as práticas antes apresentadas.

PALAVRAS-IMAGENS DE AFETO NAS RUAS DE FORTALEZA

Em Fortaleza, campo onde desenrolam-se os acontecimentos ora compartilhados, a *deambulação* - caminhadas, “jogos dos passos” (Certeau, 1994) entre e nos trajetos recortados para a pesquisa⁸ - possibilitaram perceber, registrar e narrar intervenções urbanas feitas com tinta spray nos muros e tantos outros suportes da

⁸ A saber, trajetos cotidianos, feitos nas rotinas de deslocamento entre casa, trabalho, escola, universidade e espaços de lazer.

cidade e que revelaram uma maneira peculiar de usar o espaço público para expressar-se.

Desde 2016, catalogamos destacadamente murais figurativos, pinturas e outras intervenções nas ruas de Fortaleza. Esta prática do registro dialoga com experiências de pesquisas anteriores (Silva, 2011; 2013) com o tema da arte urbana ou *street art*, campo artístico que se comunica diretamente com o urbano e é uma

prática volátil, em mutação permanente, que irá caracterizar-se, em linha gerais – seja em que suporte for, a serviço dessa ou daquela intenção [...] pelo maior ou menor anonimato de seus praticantes, pela maior ou menor marginalidade, pela vocação à visibilidade na metrópole, à efemeridade, à visualidade, à experimentação e à refuncionalização inventiva dos instrumentos técnicos à disposição (SILVEIRA, 2011, p. 129).

Ou seja, a principal potência das arte de rua é a diversidade de linguagens⁹ que abarca, técnicas diversas, códigos muitas vezes indecifráveis, declarações de amor, assinaturas de nomes próprios, frases de ordem, protestos políticos ou expressões aparentemente *naif*, cujas principais características são a efemeridade e seu caráter de obra pública: não há intermediários entre artista e espectadores.

Diante deste cenário imagético e polissêmico, passamos a dar intensidade e rotina ao hábito de capturar imagens de inscrições, riscos, frases, palavras e desenhos que encontrávamos nas ruas, avenidas, praças, pedaços de paredes, muros, postes etc. Dessa forma, um acervo de frases, palavras, assinaturas e outros textos escritos no espaço público se constituiu. Reunimos imagens diversas que foram compartilhadas em redes sociais¹⁰ da internet e que possibilitaram compartilhar a pesquisa em processo e facilitaram a aproximação com os sujeitos.

9 Enquanto os *graffitis* podem ser figurativos ou mesmo grandes pinturas murais, o *stencil* usa a técnica de molde vazado para gravar com spray palavras, frases e imagens. O lambe e o sticker consistem em colar cartazes ou adesivos (Campos, 2010).

10 Durante o processo da “produção dos dados” da pesquisa, narrações e imagens coletadas foram compartilhadas em um blog e em um perfil de fotos, ambos na internet e sob o título *Uma Fortaleza de Afetos*. Estes dispositivos viriam a se tornar uma espécie de diário da pesquisa e estão disponíveis nos seguintes links: <https://laradenisesilva.wixsite.com/umafortalezadeafetos/>; <https://www.instagram.com/umafortalezadeafetos/>.



Figura 1: Fonte: elaborada pelos autores

Nesse momento em particular, foi sendo construída uma interlocução com algo que identificamos como uma novidade na cena (Bennett, 2020) da arte urbana local e que mostrou-se significativo: palavras ou frases que pareciam fugir às classificações costumeiras e não reivindicavam, deliberadamente, um lugar. Destacamos as seguintes frases/palavras encontradas: *desejo*, *deixo*, *ainda danço*, *dezembro tem manga*, *alegria* etc. Embora legíveis, elas não são figurativas, declaradamente de protesto, ataque, palavra dordem ou enigmáticas como os xarpis¹¹ e as tags¹².

Ao aparentemente não dizerem nada, paradoxalmente desconfiamos que elas diziam bastante. A recorrência ou o inusitado chamaram atenção, uma vez que as intervenções catalogadas: “Embora sejam compostas com vocabulários de línguas recebidas e continuem submetidas a sintaxes prescritas, elas desenham as astúcias de

11 *Xarpi*, na cultura da pixação fortalezense, é palavra pixar escrita ao contrário e diz respeito ao nome criado pelo pixador para “tacar” seu nome pela cidade. Este deve ser único, original e compreensível apenas aos praticantes da pixação. Em sua pesquisa sobre pixação, Chagas (2012, p. 16) identifica que “Xarpi ou foneticamente xarpí deriva da palavra pixação e simboliza o pseudônimo ou assinatura do pixador. Resulta de um dialeto de pixador criado no bairro do Catete no Rio de Janeiro e difundido para outras capitais do Brasil, como Fortaleza. Consta em separar as palavras por sílabas e agrupá-las de trás pra frente. A inversão das sílabas era utilizada como código para viabilizar uma comunicação segura entre eles, como por exemplo, “cialipo” significa polícia e “jousu” significa sujou. Alguns narradores pontuaram um declínio de uso dessa linguagem.”

12 Dentro das práticas relativas ao graffiti urbano, a expressão *tag* refere-se a uma espécie de marca ou assinatura do grafiteiro. Segundo Campos (2010), a origem do termo relaciona-se as intervenções de um jovem imigrante grego na cena do graffiti de Nova York na década de 1970 que costumava escrever *Taki 183*, seu nome seguido do número de sua rua, nos trens do metrô da cidade.

interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem” (Certeau, 1994, p. 45).

Chamaremos estas frases e palavras de *escritos de rua*, em uma tentativa de situá-las sem cercear a aparente liberdade e rebeldia que elas reivindicam ao escaparem das rotulações e por compreendermos que a noção de rua tem a ver com “lugar do acontecimento, arena do inesperado, possibilidade do encontro, reconhecimento do outro, acolhimento da diferença” (Kuster; Pechman, 2014, p. 63). Os *escritos de rua* são *práticas do espaço*, pois

remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca e cega* da cidade habitada. Uma cidade *transumante* ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível (CERTEAU, 1994, p. 172).

Dada a impossibilidade de abarcar a cidade como um todo, reconhecemos que damos conta apenas de alguns recortes. Dentre os trajetos percorridos na pesquisa, escolhemos narrar o *mapa imaginário* desenhado pela trajetória de frases e palavras de um *escritor*, interlocutor da pesquisa. As deambulações pelas ruas onde estão os seus *escritos* possibilitou descrever o que este mapa suscita.

A caminhada, mais do que um método de coleta de dados, transfigurou-se como uma epistemologia da pesquisa. Michel de Certeau (1994), historiador do cotidiano, anuncia que os *praticantes ordinários* da cidade são “caminhantes, pedestres [...], cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não vêem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso” (Certeau, 1994, p. 171).

Caminhar, além de ser uma forma de deslocar-se, de ir de um ponto ao outro, pode se constituir como um instrumento do conhecimento. Enquanto trilha ou percurso para atingir algo, caminhar parece contribuir com o esforço de captar a rotina das ruas, bairros, avenidas, becos, praças e tantos outros espaços. Um acervo de usos, invenções, atuações, improvisos, etc. se constrói a partir de uma “retórica da caminhada”:

o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial. E se, de um lado, ele torna efetivas algumas somente das possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá), do outro aumenta o número dos possíveis (por exemplo, criando atalhos ou desvios) e dos interditos (por exemplo, ele se proíbe de ir por caminhos considerados lícitos ou obrigatórios). Seleciona portanto (Certeau, 1994, p. 178).

E foi caminhando que percebemos o fio invisível que une as palavras feitas em locais diferentes do mesmo bairro por um mesmo escritor, a quem chamaremos de “R”. Estabelecemos contato a partir da interação nas redes sociais. “R” viu no perfil do *Instagram*¹³, dedicado a pesquisa, uma foto com seus escritos e reivindicou sua autoria. Mantendo um diálogo aberto e cooperativo, passou a nos informar quando fazia uma nova intervenção e com um certo tempo desenvolvemos a habilidade de reconhecer seu estilo e caligrafia.

O bairro Benfica é um dos bairros antigos de Fortaleza. Especialmente está próximo ao Centro e nas palavras da escritora Tércia Montenegro: “a um tempo é *cult*, *underground* e burguês: um mix cosmopolita, como talvez não se veja em nenhum outro lugar de Fortaleza” (Montenegro, 2014, p. 35, grifo da autora). Reconhecido como lugar da boemia e do carnaval, abriga campus da Universidade Federal do Ceará, museus, teatros, cinema e bares, restaurantes, cafés, praças que contribuem para o clima reconhecidamente agitado.

A frase que possibilitou o encontro com “R” foi feita para sua namorada à época e dizia: “ei pés bonitos, dança em mim”. Ele contou que a moça era dançarina e o local da intervenção ficava em frente onde ela morava. Segundo “R”, a intenção era que sempre que saísse de casa, ela avistasse sua declaração de amor. A rua onde a frase foi feita chama-se Waldery Uchoa, uma via cujo tráfego de carros, pedestres e ciclistas é intenso. É também onde se localizam pontos comerciais de bastante movimento no bairro, como cafés, restaurantes, bares, feiras.

13 Rede social de fotos e vídeos.

Figura 2 –primeira frase de “R” encontrada



Não demorou muito e outras frases e palavras apareceram nesta mesma rua: “presidente burro, fantasia de otário”; “retroescavadeire-se”; feitas no Carnaval deste ano de 2020 e que fazem referência a acontecimentos políticos recentes¹⁴. Outra frase que existia nessa mesma rua era: “eu gosto é dos que tem fome, dos que morrem de vontade, dos que secam de desejo, dos que ardem”. Devido a uma reforma no local onde a frase foi apagada.

Fonte: Elaborada pelos autores

Em uma rua perpendicular a esta, conhecida como rua Adolfo Herbster, “R” escreveu: “tenha medo não, tenha vontade”; “que tragédia é essa que caí sobre todos nós” e “i’m alive, vivo, muito vivo”. E em uma via paralela a Wladery Uchoa, a Rua Júlio César, ele marcou: “em que medida a hierarquia é um produto da indiferença?” e “quero gozar feito crush nax tuax coxtash”. Há ainda intervenções em pontos aleatórios do bairro: “sabor de fruta mordida”, na rua Marechal Deodoro; “teu rebolado é foda”, na Paulino Nogueira; “mas tudo é muito mais” - também já apagada - na rua Francisco Pinto.

14 A alcunha de “presidente burro” é atribuída por “R” a Jair Bolsonaro, presidente do Brasil em exercício, reconhecido por declarações polêmicas. O “retroescavadeire-se” faz referência ao episódio em que o senador Cid Gomes (PDT-CE) usou uma retroescavadeira em um confronto com policiais em greve na cidade de Sobral, interior do estado. O conflito acabou em uma grande confusão, na qual o político foi baleado e as imagens repercutiram pela internet.

Figura 3, 4, 5 e 6 –frases de “R” espalhadas em ruas diferentes do bairro Benfica



Fonte: Elaborada pelos autores

As ruas destacadas acima sugerem um traçado que revela as idas e vindas ou caminhos de passagem de “R”, morador de um bairro vizinho ao Benfica. São escritos políticos, mesmo quando falam de amor ou se declaram. Quando questionamos os sentidos que suas intervenções possuem, “R” responde:

nem toda explicação que se relaciona a uma expressão cabe em uma palavra [...] qual linguagem que o artista se utilizou [...] essa coisa das bordas, das beiras que atravessa a linguagem essencial que caminha pelas bordas, mas que não é nenhuma nem outra. É uma terceira que usa as duas (risos). (Conversa via mensagens nas redes sociais).

A resposta de “R” extravasa as tentativas de enquadramento que nos pesquisadores insistimos em usar. Ele ainda acrescenta:

É uma expressão, impregnada de atitude, é um enfrentamento, é um risco, mas não acho que é arte. Não tenho sequer caligrafia adequada. Eu não me esmero para produzir um efeito a partir dali da minha grafia na parede. É expressão, mobilização, provocação. (conversa via mensagens nas redes sociais)

As frases e declarações de “R” parecem carregar consigo um sentido que remete ao âmbito privado, a expressão de um sentimento individual, uma vez que as motivações para ter escrito no muro pertencem somente a seu autor. Mas, o fato de estar em local de trânsito público de alguma maneira parece uma “troca mercantil de intimidades”, de que fala Sennett (1998).

Figura 7 – interação entre intervenções

Compartilhar um sentimento ou uma indignação na esfera pública, em uma cidade intensamente riscada¹⁵ como Fortaleza, parece dar a entender que de alguma forma há um chamado a construir um diálogo entre o que se abriga “dentro” com o que está “fora”. Ao declarar algo aparentemente íntimo no espaço da rua, estes escritos de rua acabam por provocar reações de recepção e resposta. Quem os “lê” pode se reconhecer no que foi dito. Há um “ainda danço” em uma avenida próxima ao “ei pés bonitos, dança em mim!”. Será um diálogo?



Fonte: Elaborada pelos autores

Uma vez que há um certo silenciamento ou supressão dos sentimentos e intimidades, particularmente na arena pública, reconhecer os “fragmentos de um

¹⁵ Em um levantamento exploratório e superficial, nota-se que *cena* das artes de rua de Fortaleza é intensa e diversa, composta de coletivos e artistas que passeiam pelas diversas linguagens da *street art*, destacando-se os murais, o *graffiti*, a aplicação de stencil, lambe-lambe e *sticker*, além da pixação. Fortaleza se destaca no cenário das artes de rua e com periodicidade tem acontecido eventos com a temática da arte urbana na cidade. Em geral abrem-se chamadas e editais para artistas locais e de fora e promovem-se debates, mesas redondas, oficinas etc. Destacam-se o *Festival concreto*, *Além da Rua* e a *Semana de Arte Urbana*.

discurso amoroso” (Barthes, 1991) nas inscrições que povoam as superfícies de Fortaleza apresenta-se como possibilidade de ressignificações do espaço público e da esfera privada.

Na tradição discursiva das Ciências Sociais, os afetos são devotados ao terreno da subjetividade em um lugar fronteiro com a Psicologia e a Psicanálise. Para Espinoza (2009), os *affectus* são a forma concreta do desejo, é a modificação sofrida em algo ou alguém, uma condição adquirida por uma ação externa, um evento no campo da experiência. Afetar, nesse sentido, é provocar uma mudança de estado em quem é afetado. Ao escrever nas superfícies urbanas, “R” parece riscar formas sensíveis de ser/estar na cidade (Rancière, 2009), um trânsito possível entre afetos, urbe e quem investe nela suas emoções, uma afecção de mão dupla entre sujeito que risca e a cidade que é usada como suporte.

As cidades parecem contar algo de si que escapa aos discursos oficiais a partir das inscrições, riscos, cartazes, graffiti, pixos e toda sorte de intervenções que as povoam e parecem *gritar silenciosamente*¹⁶. É no esforço de continuar dando textura as possibilidades de Fortaleza que a próxima seção segue.

UMA VILA, MÚLTIPLAS FORTALEZAS

Por essa cidade que conta de si a partir da experiência e das marcas daqueles que a vivenciam (Agiar, 2011), observamos o caso da Vila Vicentina de Estância (VVE). A questão norteadora é investigar como pessoas organizam-se em prol da conquista de direitos, mobilizando recursos que têm a seu favor. Destacamos o diálogo com referenciais que coincidem, além do direito à cidade, com o estudo dos movimentos sociais (Melucci, 2001; Alonso, 2009; Gohn, 2011; Santos, 1981; Bringel, 2012; Cefai, 2017) e com a noção de repertórios de confronto (McAdam, Tarrow, Tilly, 2009), os quais estão implicados, também, os sentidos de resistência (Scott, 2011) e de drama social (Turner, 2008), ajudando a fornecer chave para os entendimentos do campo e que atuam, discursivamente, em reinvenções de ser e estar na cidade.

16 Em referência ao trabalho de Diógenes e Chagas (2016), “o Ruidoso silêncio da pixação”.

A VVE teve sua construção iniciada no final da década de 1930, num terreno doado para uma instituição filantrópica - a Sociedade São Vicente de Paulo -, a qual concedeu a área para a construção de moradias em prol da caridade. As unidades então construídas foram destinadas a viúvas idosas e carentes, que migraram para Fortaleza em decorrência das secas que assolavam o interior do estado do Ceará (Gondim; Rocha, 2019). Na ocasião da doação, a área ocupada pelo terreno situava-se além dos limites urbanos de Fortaleza, cujo processo de expansão estava sendo protagonizado, em boa medida, pela iniciativa privada, sendo levado adiante por proprietários que parcelaram suas terras para a construção de loteamentos e sua comercialização (Andrade, 2012). Um desses foi Dionísio Torres, que realiza o parcelamento de sua propriedade, concedendo parte dela à instituição religiosa então mencionada. Na época, a localidade era conhecida como Estância, e só recebe a nomeação do antigo proprietário, Dionísio Torres, a partir de 1967 (Duarte Jr., 2017).

A região leste de Fortaleza, onde localiza-se a Vila, ao longo do tempo, passa a concentrar bens e serviços urbanos, sendo um bairro atrativo para as populações de estratos médio e alto da cidade. Por esse motivo, tem sido objeto de interesse do mercado imobiliário. A VVE ocupa toda a área de um quarteirão do bairro, estando margeada por vias de grande fluxo, como a Avenida Antônio Sales, e as Ruas Tibúrcio Cavalcante, Nunes Valente e Dom Expedito Lopes. São 45 casas planas e uma capela, dispostas ao redor do quarteirão, cujos quintais das residências dão para um quintal compartilhado que ocupa o centro da quadra (Figura 8). As famílias residem no local há décadas. Algumas descendem das primeiras ocupantes, e outras passaram a morar no espaço a partir dos anos seguintes, entre 1970 e 1990. Os moradores eram admitidos pela Sociedade São Vicente de Paulo, que controlava e geria os espaços e as unidades habitacionais da Vila. Parte considerável dos que residem na VVE, atualmente, são idosos, tendo mais de 60 anos (Gondim; Rocha, 2019).

Figura 8 - Vista aérea da VVE (no destaque)



Fonte: Elaborada pelos autores, a partir do *Google Maps*

Da década de 1970 em diante, histórias de venda do terreno ocupado pelas casas foram recorrentes, o que contribuía para deixar os moradores apreensivos com a ideia de deixar suas moradias. Contudo, os boatos não se confirmavam, e os acordos não iam adiante. Porém, em 2016, os residentes da Vila recebem visitas de uma corretora de imóveis, oferecendo uma indenização para que deixassem as casas, tendo em vista a venda do terreno a uma incorporadora imobiliária. Um total de 10 famílias aceitou a proposta de indenização e 9 delas desocuparam suas casas. Outras 16 famílias não concordavam com a venda da área nem com os termos da negociação para deixar o local, e passaram a se organizar a fim de obter maiores esclarecimentos sobre o processo de venda. As famílias restantes mantinham-se ora “em cima do muro”, como definiram alguns entrevistados, ora afeitos a concordar com a indenização. Entre os termos do acordo oferecido estava a quantia de R\$ 50 mil reais ou um apartamento situado no município de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza.

Nesse íterim, representantes das famílias “não-negociantes” procuram o Escritório de Assessoria Jurídica Popular da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará Frei Tito de Alencar (EFTA). Começam a contar com essa orientação técnica e tomam conhecimento de problemas relacionados à escritura do terreno, que não atribuía titularidade à instituição que se reivindica proprietária da área¹⁷. Os problemas na escritura de doação acabavam, portanto, por deslegitimar o processo de venda; o que,

17 Os problemas dizem respeito aos dados da instituição que recebeu a doação do terreno, que teve sua razão social grafada incorretamente, dando imprecisão à titularidade da área.

por sua vez, vinha a somar-se com os problemas emocionais e psicológicos causados pela ameaça de deixar o local.

No dia 28 de outubro de 2016, o caso da VVE repercute na cidade, resvalando nas redes sociais digitais, em especial o *Facebook*. Nesse dia ocorre uma ação de reintegração de posse a fim de “restituir” os imóveis então negociados, que haviam sido ocupados por integrantes temporários e da confiança do comprador¹⁸. Tais ocupantes tinham hábitos que incomodavam os moradores da Vila, trazendo desconfiança por sua presença no local. Desse modo, foram objeto de conflito na vizinhança, ocasionando em sua saída das casas. Isso motivou o pedido de reintegração de posse (Gondim; Rocha, 2019).

A dita ação foi controversa, pois resultou na destruição do objeto a ser retomado: ela ocasionou a demolição de três das casas então negociadas e danos parciais em outras cinco. As destruições trouxeram problemas à estrutura das casas vizinhas, uma vez que foram construídas de forma contígua umas às outras. Foi esse ato que repercutiu nas redes sociais da internet e em grupos do aplicativo de conversas instantâneas *WhatsApp*. Dias antes, o grupo formado pelas famílias não negociantes havia criado uma página no *Facebook*, cujo título é o mesmo do movimento que encabeçam: Resistência Vila Vicentina (RVV). Vídeos com imagens das demolições circularam na internet, e contribuíram para chamar muita gente ao local. Um desses vídeos alcançou mais de 21 mil visualizações. Presente no ato de reintegração, estavam professores e estudantes universitários, advogados, moradores do entorno, artistas etc, os quais se tornaram apoiadores do movimento, reforçando sua causa (Gondim; Rocha, 2019).

A despeito de seu caráter autoritário, o evento das demolições contribui para dar maior coesão ao grupo dos “resistentes”, sendo um marcador de mobilização interna e de significativo peso entre os interlocutores: “o que aconteceu acabou sendo bom pra gente... eles pensavam que iam nos enfraquecer mas foi o contrário” (ROSA¹⁹, 59 anos).

18 A ação de reintegração de posse foi uma medida judicial em favor do comprador, a fim de restituir as unidades que haviam sido negociadas. O comprador permanece em sigilo, não tendo sua identidade revelada.

19 Atribuímos nomes fictícios aos entrevistados.

O estudo dos movimentos sociais envolve muitos aspectos, pela natureza multifacetada de sua organização e atuação. Para os propósitos desta exposição, ressaltamos algumas características que envolvem recursos de enfrentamento adotados pelo grupo estudado, sabendo que a discussão está longe de esgotar seus elementos. A ação coletiva é a forma de atuação dos movimentos sociais (Melucci, 2001). Estes não irrompem à cena pública de forma despropositada e meramente voluntariosa (Gondim, 2016), sendo frutos de rupturas, reinvenções, contestações etc, que alcançam algum impacto no curso ordinário das relações sociais e resultam de articulações que escapam à esfera do indivíduo.

É nesse aspecto que Boltanski e Thévenot (1985) incluem no estudo dos movimentos sociais a perspectiva do ator em momentos de criticidade. Fazem emergir, em meio a categorias de ordem estrutural e totalizantes, as microsituações e momentos de ruptura, identificando elementos em que a perspectiva de um problema vivido na esfera individual encontra ressonância e transforma-se em causa coletiva. Procura-se iluminar “[...] o sentido da ação [...] com a investigação empreendida pelos atores nos momentos de incerteza” (Corrêa; Dias, 2016, p. 69).

Para tanto, os atores fazem escolhas e lançam mão de estratégias que otimizam sua atuação e, conseqüentemente, os resultados que almejam. Essas estratégias assumem a caracterização de “repertórios de confronto” (McAdam, Tarrow, Tilly, 2009), cuja definição envolve os instrumentos acionados pelos movimentos num confronto político. Trata-se de um conceito “elástico” e historicamente situado, uma vez que táticas de enfrentamento mudam ao longo do tempo, ajustando-se à causa empreendida, aos recursos disponíveis e ao que se pretende atingir.

O caso do movimento RVV, por exemplo, envolveu a utilização da internet como espaço de denúncia, implicando no confronto de seus opositores e, ao mesmo tempo, na conquista de apoiadores externos. A articulação junto a uma rede de apoiadores, passando por universidades, pesquisadores e artistas, resultou na realização de atividades artístico-culturais sediadas na Vila, tais como: oficinas de bordado, macramê, artesanato com materiais recicláveis, exibição de filmes, peças de teatro, campeonatos de carimba e de bila, dentre outras. A realização dessas atividades contribuiu para destacar a causa vivenciada pelo grupo, além de caracterizar uma tática de

enfrentamento menos ortodoxa²⁰, movimentando a ocupação do local e sua importância para a cidade (Gondim; Rocha, 2009).

Devemos destacar, além disso, as frentes de luta do movimento, o qual vem reivindicando a legislação urbana que versa sobre a função social da cidade e a patrimonialização. A legislação urbana, por meio da Lei 10257/2001, o Estatuto da Cidade, é um recurso acionado, a partir da identificação da área como Zona Especial de Interesse Social do tipo 1²¹, conforme mapeamento no último, e ainda vigente, Plano Diretor Participativo de Fortaleza, de 2009. A VVE, em função de seu valor histórico e urbanístico, testemunha o crescimento da cidade de Fortaleza para a região leste. Em virtude da repercussão do caso após as demolições, o conjunto de casas teve tombamento requerido à Prefeitura Municipal de Fortaleza, que acatou a solicitação, estando o espaço tombado, em caráter provisório, desde novembro de 2016. O recurso à patrimonialização, desse modo, auxiliou a “compor” sua frente de luta, dando novas configurações à causa (Rocha; Gondim, 2019).

Ressaltamos que os movimentos sociais não devem ser tomados de forma essencializada ou homogênea (Melucci, 2001), uma vez que sua formação, definição de campos de atuação e tensões são compostas por atores diferenciados e em posições diversas. No bojo da noção de heterogeneidade e de campos de tensão, inerente ao estudo de movimentos sociais, a irrupção do caso da VVE à cena pública reveste-se do caráter conflitivo que envolve a vida coletiva, respondendo à noção de drama social de Turner (2008). Para esse autor, dramas sociais emergem em situações de conflito e possuem um caráter público, tendo quatro fases que explicitam sua natureza processual. A primeira dessas é a da ruptura de relações sociais formais, que poderíamos reputar ao evento que culminou com a demolição das casas. A segunda fase compõe-se pelo alargamento do conflito, mediante a instauração da crise, o que, na VVE, corresponderia na identificação e alcance do problema na esfera pública, mobilizando atores de seu campo de oposição e afinidades; a terceira ocorre por meio da ação

20 Podem ser lidas como táticas de enfrentamento ortodoxas, a ocupação de ruas e realização de passeatas, por exemplo, enquanto formas de protesto e disseminação de causas coletivas (McAdam, Tarrow, Tilly, 2009).

21 As ZEIS tipo 1 são identificadas por áreas que se caracterizam “por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental” (Fortaleza, 2009).

compensatória para por termo à crise, tendo em vista a utilização de medidas para “correção” e ajustamentos, em geral, acionados por figuras representativas, como o poder público, por exemplo. Essa fase se adequaria à mobilização da legislação em prol das ZEIS e do tombamento, como medidas que protegeriam os moradores do risco de deixarem suas casas e seu lugar de pertencimento. A última fase refere-se ao período de “reintegração” do grupo social fragilizado pela crise, o que, em razão do andamento do caso e de suas circunstâncias, ainda não ocorreu.

Importante mencionar que o “enquadramento” do drama social em fases, antes de sujeitarem processos a modelos estanques e infecundos, possui validade analítica ao estudo de situações de conflito e seu caráter dinâmico. Não se trata de simples ajustamento de eventos a fases de um ciclo, mas de uma perspectiva que convoca à percepção dos fatores conflitivos e críticos que respondem às situações vividas pelos atores que protagonizam arranjos, movimentos e ações coletivas. A vivência dos agentes e o acompanhamento do caso, em sua manifestação empírica, ilumina o plano conceitual, não o contrário.

A ação coletiva implica em resistir, podendo ser entendida pelo mecanismo que se dá no fluxo de uma existência cotidiana, e por ações calcadas em atos políticos potentes para fazer frente a hierarquias sociais dominantes, como assim identifica Scott (2011). O conflito por que passa os moradores da VVE demarca pontos de reivindicação que visam restituir, no sentido de resguardar, seu espaço de pertencimento, modo de vida e relação com a cidade. O recurso às ZEIS viria do reconhecimento da identidade de morador, difusa e fluída, por meio da regulamentação de sua relação com a casa e com o morar - atribuída por meio da documentação e registro cívico que envolve esse reconhecimento no plano técnico e legal. A patrimonialização remete, para além das questões implicadas ao conjunto de casas que testemunha o “crescimento formal” de uma Fortaleza nobilizada e “reservada” a certos estratos sociais, a modos de permanência e vida nesses espaços, constituídos pela ausência de muros e por uma relação franca com a rua, em meio a uma cidade que se desenha por fortalezas que parecem negar, ou mesmo hostilizar, seus espaços de interlocução e encontro. Essas são “pistas”, “deixas vivenciais”, “rastros experienciais” que implicam em resistências múltiplas e multifacetadas. Seguindo no exercício aqui proposto, na seção seguinte passamos a mobilizar outras experiências urbanas.

AS BRINCADEIRAS DA CULTURA POPULAR NO BAIRRO JOÃO CABRAL

Figurando com recorrência em narrativas cotidianas, reportagens de revistas, jornais, telejornais, sites, curtas-metragens, fotografias e outros meios, o bairro João Cabral tem sido urdido como “celeiro da cultura popular”, “berço de tradições culturais tradicionais”, “casa de Mestres da Cultura Tradicional Popular”, “periferia”, “lugar violento e perigoso”.

O João Cabral é o bairro mais populoso de Juazeiro do Norte. Em 2010, ano do último recenseamento brasileiro, o JC, no acrônimo utilizado por alguns cidadãos, tinha 17.859 habitantes, população que inclusive é superior a de alguns municípios do Cariri cearense (IBGE, 2019). A partir desse contexto, podemos refletir sobre um segmento marginalizado da cidade se apropriando, resistindo e significando a cidade²².

O povoamento da região onde hoje se encontra o bairro João Cabral seguiu o fluxo de expansão da cidade. Assim, na década de 1980, quando começam a ser construídas no local as primeiras habitações, a área estava localizada no limite da cidade, era “ponta de rua”, como relataram em conversas alguns dos moradores mais antigos. As primeiras casas foram erguidas próximas a um córrego intermitente com uma profunda fenda no solo, que criava acentuada declividade. Como na região do Cariri tais córregos são conhecidos como “grotas”, a localidade foi denominada de “Grotá”, “rua da Grotá”, “bairro Grotas” e ainda “bairro da Grotá”.

A declividade que havia no terreno e o obstáculo criado pelo valão (destino do esgoto) tornavam o local desvalorizado e dificultava a travessia de quem desejava sair dali em direção às áreas centrais da cidade. Mesmo assim, fora ocupado por moradores pobres que construíram habitações precárias. Com a expansão do povoamento no sentido norte – sul, uma segunda área, que atualmente também compõe o bairro João Cabral, começou a ser habitada.

Denominada de “Favela da Alta Tensão”, o nome era uma referência aos domicílios precários construídos de forma individual, irregular e sem planejamento urbano abaixo dos fios da rede elétrica de alta tensão que cortava transversalmente a localidade e que forneciam eletricidade para Juazeiro. Em função da carga elétrica e da

22 Este relato apresenta resultados de pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2020 e que contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Cf. Feitosa, 2020).

baixa altura dos fios, era proibido ocupar essas áreas. Tentativas de remoção da população aconteceram, algumas famílias chegaram a ser realocadas em outros bairros, mas as áreas acabavam ocupadas novamente.

Atualmente, a linha elétrica ainda existe, mas seu trajeto passou por modificações, hoje acompanhando o curso das ruas e não passando mais sobre as casas. Além de postes sem utilidade que ficaram fincados nos quintais de algumas casas, outro efeito desse povoamento pode ser notado no desenho tortuoso dos becos e da denominada Avenida da Chesf, que corta o bairro no sentido sudeste – noroeste e que era o trajeto original da linha de transmissão elétrica, sendo Chesf a empresa responsável. Além disso, enquanto as ruas do bairro são asfaltadas, os becos são calçados com paralelepípedos.

Embora atualmente o termo “favela” seja mais utilizado como referência as habitações construídas próximas a subestação de transmissão de energia elétrica de Juazeiro do Norte, no extremo noroeste do bairro João Cabral, a percepção construída sobre a Favela da Alta Tensão ainda hoje se faz presente de forma a marginalizar o local e seus moradores.

A terceira área que compõe o bairro foi ocupada mais tardiamente (enquanto nas outras duas já havia uma concentração de casas) e é considerada por alguns moradores como mais “tranquila” e onde os preços dos aluguéis são mais caros. Essa área é adjacente ao bairro Lagoa Seca, uma das regiões mais valorizadas econômica e socialmente em Juazeiro do Norte. Na verdade, o bairro João Cabral está situado próximo a duas áreas consideradas “nobres”, o bairro Lagoa Seca e a região ao redor do shopping center mais antigo do Cariri. Nesta década, essas duas áreas têm passado por processo de verticalização e construção de edificações de alto padrão e elevado custo (incluindo um recente shopping na Lagoa Seca), representando o que poderia ser designado como uma “concentração espacial de renda e poder” (Frúgoli Júnior, 2000).

Estando praticamente entre áreas classificadas na cidade como “elitizadas”, “nobres”, hoje o bairro João Cabral não está no limite urbano da cidade, além de estar acerca de quatro quilômetros do centro da cidade. Tal localização, dizem os moradores, tem pressionado os preços dos aluguéis, de modo que quem está procurando valores baixos não se dirige mais ao João Cabral. Mesmo assim, o bairro é rotineiramente

identificado como “periferia”, sendo acionado como “bairro violento”, “perigoso”, ou seja, a partir do que Caldeira (2000) denominou de “fala do crime”.

Coetaneamente às narrativas das conflitualidades urbanas, o bairro João Cabral também tem sido identificado como “celeiro da cultura popular”, “berço de tradições culturais tradicionais”, “casa de Mestres da Cultura Tradicional Popular”. Assim, o bairro tem sido a espacialidade mais recorrentemente associada a “cultura popular” local, compondo a cartografia desse universo na região do Cariri. Nesse processo, o próprio nome do bairro, atribuído em 1989, tem sido significado por algumas pessoas envolvidas no universo da cultura popular local como uma homenagem ao poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto. Esse entendimento não corresponde à história oficial construída da cidade, já que o João Cabral homenageado com o nome do bairro foi um empresário local.

Assim como outros, esse “desencontro” elucida a disputa do significante João Cabral, o descompasso entre as instâncias administrativas da urbe, as arbitrariedades da cidade oficial e a engenhosidade dos seus “praticantes ordinários” (Certeau, 1994).

Nesse contexto, as práticas culturais identificadas como cultura popular (por exemplo, o reisado, guerreiro, banda cabaçal, maneiro-pau, bacamarte, lapinha) têm sido significadas pelos brincantes (os praticantes dessas brincadeiras) como modos de “tirar crianças e jovens da rua, do mundo do crime”, “trabalho social e com jovens” e “valorização do bairro”. Tal significação mobiliza a cultura popular como recurso (Yúdice, 2013) frente a fala do crime e suas consequências para o bairro e seus moradores. Não só a partir dessa dinâmica podemos pensar em formas de resistência do/no bairro. Há outras criativas astúcias (Certeau, 1994).

Um das brincadeiras mais comuns e mais evidenciadas no/do bairro João Cabral é o reisado. Consistindo em uma dança embalada por músicas entoadas por participantes perfilados em dois “cordões” (filas) e que usam os trajes apropriados conforme a denominação de mestre, contramestre, rei, rainha, embaixador, Mateu, etc, a brincadeira do reisado tem seu clímax nos “dias de tirar quilombo”. Embora dinâmica semelhante possa ocorrer em outros dias do ano, o termo “quilombo” é empregado para o dia de Natal, primeiro de janeiro e Dia de Reis (06 de janeiro). Nessas datas, é dia de “tirar quilombo”, isto é, os grupos de reisado saem de forma autônoma (sem mediação de instituições privadas ou públicas) pelas ruas de Juazeiro em uma espécie

de procissão sem percurso definido e que dura o dia todo e adentra a noite. Durante o percurso, o grupo de reisado (mestre, contramestre, rei, rainha, embaixador, Mateu, etc) faz paradas para atender o pedido de moradores, que solicitam que o grupo adentre as suas casas e venere com as músicas e danças presépios natalinos, imagens e quadros de santos.

Nesses dias, o deslocamento do grupo provoca grande aglomeração pela cidade. Na frente da multidão, encontram-se homens jovens e adultos fantasiados de cão, usando uma bata de cor preta e vermelha, longo chicote e máscara. Após “os cão”, na categoria êmica, segue o grupo de reisado em si (o mestre, contramestre, rei, rainha, embaixador, Mateu, etc), cujos integrantes se deslocam perfilados em dois “cordões” e caracterizados pelo uso de roupas coloridas e com espelhos colados, coroas e espadas. Junto a eles também se encontra a banda, geralmente composta por zabumba/tambor e caixa, que ajudam a dar ritmo e adrenalina ao deslocamento. Por último, em grande aglomeração, a pé, em bicicletas, motos e carros, encontram-se as pessoas interessadas em acompanhar a brincadeira, homens e mulheres, pais e mães com seus filhos pequenos.

Atualmente, não são todos os reisados de Juazeiro que “tiram quilombo”, assim como não são todos os que são acompanhados pelos cão. Os grupos que saem pelas ruas sem “os cão” não são seguidos pelos populares. Assim, na ausência dos cão e dos populares, não geram uma multidão na deambulação pelas ruas da cidade. Por outro lado, embora existindo outros grupos de reisado na região do Cariri, “os cão” somente existem em Juazeiro.

“Os cão” têm sido acusados por outros brincantes e moradores do Cariri cearense de pertencimento a facções criminosas, de cometerem crimes, procurarem confusão com outros grupos de reisado pertencentes a outros bairros e de serem subterfúgios para criminosos. No caso do bairro João Cabral, “os cão” dos grupos de reisado do local são associados ao bairro como “periferia”, como sendo “violentos”, “perigosos”. Assim, antes mesmo do início do deslocamento pela cidade, quando ainda estão se aglomerando próximo à casa do mestre de reisado, que é um tipo de líder, autoridade do grupo, são comuns abordagens pela polícia, que coloca alguns jovens fantasiados de cão em posição para serem revistados. E a polícia pode aparecer também durante o deslocamento do grupo, fazendo revistas, ameaçando colocar fogo em

máscaras e chicotes. Além disso, há motoristas e moradores hostis à brincadeira, sobretudo pelas implicações da multidão para o fluxo do trânsito nas vias da cidade.

Nos dias de quilombo e em deslocamentos do tipo em outras datas, frases como “sempre que a gente sai, a polícia dá busca de arma e não encontra nada”; “só esperando a polícia encostar todo mundo na parede”; “todo mundo sabe que os mascarados são discriminados. Vamos até a avenida mostrar”; “todo ano é isso, é a mesma coisa”, ditas por diferentes participantes da brincadeira, além do próprio deslocamento desses sujeitos pela cidade, podem ser pensadas como “formas cotidianas de resistência” (Scott, 2011), revelando revolta e denúncia. Se nessas situações não se chega a constituir, como no caso da roda de capoeira estudada por Monteiro Silva (2018), uma “arena de lutas sociais”, o trânsito desses sujeitos em brincadeira é uma “forma cotidiana de resistência” dos moradores do bairro João Cabral e que também se traduz em um “fazer-cidade” (Agier, 2015). Logo, percebe-se que esse exercício, que também conjuga corpo, cidade e o consumo da cidade (Nascimento; Monteiro Silva, 2017), não ocorre sem atritos com outros modos de usar e “fazer-cidade”, como indicam as frases citadas acima e os conflitos durante os percursos.

Assim, embora as suspeitas e acusações de que “os cão” abrigam pessoas mal-intencionadas possam ser verídicas em relação a algumas pessoas presentes na brincadeira, todavia, não se pode subestimar a “discriminação” a qual os “mascarados” e brincantes, de forma geral, são alvo, até porque essa é uma queixa recorrente por parte dos brincantes e intervenções policiais são comuns. Portanto, situações com esses tipos de conflito não deixam de revelar, assim como em contextos similares país a fora, formas de violência em relação a esses segmentos da população, provenientes de bairros classificados como “periféricos” e em sua maioria formados por jovens pardos e pretos, e em relação aos seus modos de praticar e fazer a cidade a partir dos seus trânsitos e seus corpos.

Essas dinâmicas e o contexto aqui descrito, somados às palavras-imagens escritas nas ruas do bairro Benfica e os repertórios e modos de morar e se organizar, mobilizando o que têm a seu favor, por parte dos moradores da Vila Vicentina, são pensados como resistências e instrumentos de fazer e praticar cidades.

As descrições e debates feitos, a partir das experiências de pesquisa relatadas, nos encaminham para algumas reflexões a partir do exercício inicialmente proposto

neste artigo, isto é, tecer aproximações entre experiências de cidades e de pesquisa-observação da/na urbe.

PRÁTICAS DE CIDADE, PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA: ALGUMAS CONCLUSÕES

Ao longo dos três relatos de espaços aqui tecidos, pensamos que podemos estabelecer pontos de reflexão que permitem complexificar o entendimento do que denominamos rotineiramente de cidade. Por outro lado, o exercício de aproximar práticas, ações, usos e contra-usos em contextos distintos ajuda não só a elucidar as urbanidades, mas também contribuir com seus potenciais de criação e resistência, sendo este um dos desejos que nos movem nessas deambulações pedestres e reflexivas.

Um primeiro elemento que atravessa os três relatos diz respeito à dimensão criativa das astúcias dos sujeitos que fazem e praticam os contextos mencionados. Seja na experiência de escrever/pintar em superfícies muitas vezes desdenhadas nos fluxos cotidianos, seja no acionamento de recursos digitais, patrimoniais e legais na busca de assegurar o direito à moradia ou na incorporação de um personagem para brincar a cidade e com a cidade, engenhos de astúcias se fazem presentes em potência.

Se algumas dessas práticas se apresentam de formas móveis e fluidas (as brincadeiras no bairro João Cabral) e outras mais fixas (a escrita, o modo de morar), todas acabam por deslocar a cidade, ruindo convenções, dinamizando, criando outras urbanidades a partir do caráter múltiplo que condensam e disseminam.

Assim, mesmo que se pense que tais modos plurais de cidade possam ser momentâneos (a brincadeira dura um dia, a escrita/pintura é fugaz), não se trata de tentar querer dotá-las de fixidez, e talvez nem os sujeitos que as produzem e materializam assim desejem. Pensamos que se trata mais de permitir suas existências como também possibilidades de criação, apropriação e uso das cidades e que devem perdurar enquanto tiverem sentidos para os cidadãos que as criam e usam. Nesse sentido, a Vila Vicentina tem igualmente direito à cidade ao ser também cidade, potência e possibilidade de cidade, ao materializar em seu patrimônio arquitetônico e afetivo a Fortaleza de outrora simultaneamente a Fortaleza de agora. Sua peleja por existência nos permite visualizar cruamente alguns dos processos mais duros pelos quais modelos de moradia e concepção de cidade constroem violentamente outros.

Os moradores da Vila Vicentina, em sua contra-ofensiva, nos permitem pensar que o cotidiano e o espaço vivido também podem ser tomados como patrimônio, na medida em que são memória e modo de vida. Em outro astucioso movimento, encetaram seus patrimônios como resistências. Talvez toda essa engenharia também seja uma lição para o caso das palavras-imagens grafadas nas paredes, muros e outras superfícies e para os brincantes do bairro João Cabral. Ou seja, é forma de resistência e luta por cidades plurais face às forças que pressionam rumo às urbes como superfícies lisas, opacas, cinzas.

Ao propormos refletir sobre três dinâmicas situadas em duas cidades cearenses, foi nossa intenção pensar a partir de possibilidades de aproximação e não de comparação. Esse exercício, intuímos, oportunizou não só uma perspectiva analítica mais compreensiva do que avaliativa, como também potencializou as alternativas de trocas entre estas experiências. As transações entre formas múltiplas de cidade e resistência são aqui entendidas não somente em relação às pesquisas congregadas, mas também em relação às experiências concretas em seus contextos, ou seja, trocas *entre* a rua, a vila e o bairro; *entre* as escritas, modos de morar e resistir e as brincadeiras. Assim, o intercâmbio aqui tecido pode ser entendido como uma contribuição para se pensar e se propor transferências mútuas entre os próprios contextos descritos e quiçá até outros²³.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

_____. "Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro". *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALONSO, Angela. "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate". *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.

ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. *Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)*.

23 A partir das dinâmicas empíricas assinaladas, é possível identificar outras possibilidades de intersecções e de explorações entre os contextos descritos. Isso pode ser feito, por exemplo, tomando como norteadoras categorias recorrentes no debate sobre cidade nas Ciências Sociais, tais como "margem" e "espaço público". Nos limites desse trabalho, não foi possível refletir de forma mais detida sobre esses aspectos, que ficaram apenas latentes.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP. São Paulo, 2012.

BARTHES, Roland. *Fragments de um discurso amoroso*. 11.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1991.

BENNETT, Andy. *Consolidating the music scenes perspective*. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304422X04000270>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BOLTANSKI, L.; DARRÉ, M. Y.; SCHILTZ, M. M. La dénonciation. *In: Actes de la recherche en sciences sociales*, 1984. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/arss_0335-5322_1984_num_51_1_2212.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRINGEL, Breno. “Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais”. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Ricardo. *Por que pintamos a cidade? Uma abordagem etnográfica do graffiti*. Lisboa: Fim de Século., 2010.

CANEVACCI, Massimo. *Culturas extremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio Janeiro: DP&A, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Cefai, 2017

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. 1 v.

CHAGAS, Juliana Almeida. *Imagens e narrativas: a cultura nômade dos pixadores de Fortaleza*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CORRÊA, D. S.; DIAS, R. DE C. Crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. *Mana*, v. 22, n. 1, p. 67–99, 2016.

DIÓGENES, Glória; CHAGAS, Juliana. “O ruidoso silêncio da pixação: linguagens e artes de rua”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens Instituto de Artes e Design*, Juiz de Fora, v. 1, p. 304-330, 2016.

DUARTE JR., Romeu (Coord.) *Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE*. Fortaleza, 2017.

ESPINOZA, Beneditus de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FEITOSA, Antonio Lucas Cordeiro. *Bairro brincante: estudo sobre entrecruzamentos de socialidades constitutivas de um bairro de Juazeiro do Norte-CE*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 2020.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. *Lei Complementar n. 062, de 02 de fevereiro de 2009*. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras

providências. Diário Oficial do Município, Fortaleza, CE, Ano LVI, n. 14.020, 13 mar. 2009.

FRAVET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n.13, 2005.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2000.

GOHN, Maria da Glória. “Movimentos sociais na contemporaneidade”. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16. n. 47, p. 333-513, 2011.

GOLDMAN, Márcio. “Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões”. *Anuário Antropológico/93*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Habitação e meio ambiente em disputa: novas configurações dos conflitos socioambientais em Fortaleza-CE (o caso do movimento Quem Dera Ser um Peixe)*. Relatório final de pesquisa apoiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq, Fortaleza-CE, abril de 2016, mimeo.

GONDIM, Linda Maria de Pontes; ROCHA, Aline Maria Matos. *Repertórios de confronto em movimentos sociais urbanos: os casos da “Resistência Vila Vicentina” e do “Quem Dera Ser um Peixe”, em Fortaleza-CE*. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 50, n. 1, p. 365–407, 2019.

IBGE. *Características da população e dos domicílios*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>. Acesso em: 13 dez. 2019.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.

KOWARICK, Lucio. *A Espoliação urbana*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. Maldita Rua. *O Chamado da Cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. “Para mapear o confronto político”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MONTEIRO SILVA, Igor. “A roda como “agir urbano”: reflexões sobre capoeira e cidade a partir da Praça João Gentil, Gentilândia – Fortaleza/CE”. *Capoeira: Revista de Humanidades e Letras*, Redenção, v. 4, n. 2, p. 35-61, 2018.

MONTENEGRO, Tércia. *Dicionário Amoroso de Fortaleza*. Anajé: Casarão do Verbo, 2014

NASCIMENTO, Ricardo; MONTEIRO SILVA, Igor. “Capoeira, cidade e cultura: notas etnográficas sobre ocupações criativas em Fortaleza-CE”. *O público e o privado*, Fortaleza, n. 29, p. 55-71, 2017.

PARK, Robert Ezra. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCOTT, James. “Exploração normal, resistência normal”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 217-243, 2011.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Lara. *De olho nos muros: itinerários do graffiti em Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 2013.

SILVA, Lara. *Paisagens de grafite: uma análise da dinâmica do grupo de grafiteiros grafiticidade*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Ceará. 2011.

SILVA, José Borzacchiello da. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral in SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; Zanella, Maria Elisa Zanella; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (orgs.). *Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SILVEIRA, Fabrício. “Outros Grafites. Outras topografias, outras medialidades”. In: CAMPOS, Ricardo; BRIGHENTI, Andrea; SPINELLI, Luciano (Orgs.). *Uma cidade de imagens: produções e consumos visuais em meio urbano*. Lisboa: Mundos Sociais, 2011.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas*. Niterói: EdUFF, 2008.

VELHO, Gilberto. “Individualismo, anonimato e violência na metrópole”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 15-29, 2000.

WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.